



Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhora e Senhores Membros do Governo

A vida pública nacional foi marcada nas últimas semanas pelo debate que se gerou em torno do Referendo Nacional que se realizou no passado Domingo.

Sendo dada a oportunidade dos portugueses se mobilizarem e pronunciarem sobre uma questão tão íntima e ligada às convicções de cada um através da figura constitucional do Referendo, o PSD assumiu a posição singular no panorama partidário português de não impor qualquer orientação ao sentido de voto dos eleitores.

Feito o debate e consumada a consulta popular, resta, agora, tirar as conclusões da decisão e agir em conformidade com a mesma, em defesa daquilo que cada força partidária entenda mais adequado à sociedade de acordo com os valores que a enformam.



Obviamente que não tendo assumido a defesa de um ou outro dos lados em que se dividiu a sociedade portuguesa, o PSD não vai agora evidenciar essa preferência.

Porém, estando-se perante uma figura com a importância jurídica, política e social do Referendo - apenas utilizado no nosso país em três ocasiões - e em face das diversas dimensões do respectivo resultado, na óptica do PSD, não se poderia, responsabilmente, deixar passar em claro o assunto, na primeira vez em que reúne o Parlamento dos Açores após a consulta, como se nada tivesse acontecido.

Os açorianos não perceberiam que, tendo sido chamados a participar na vida cívica, no debate e na decisão de uma questão com esta importância, o Parlamento da sua Região – o órgão político que legitima e democraticamente os representa - se abstivesse, fazendo de contas que nada se havia passado.

E é isto que o Partido Social Democrata não faz.

O PSD traz a esta Assembleia a sua leitura dos resultados, mas, acima de tudo, apresenta a sua visão do dia seguinte, daquilo que terá de ser a acção pública das entidades responsáveis.

Agora, mais importante do que reivindicar vitórias ou atribuir derrotas, é essencial pensar no Futuro, criando condições para que a dignificação das mulheres, a revitalização da sociedade e a promoção da Vida se concretizem como, esta sim, uma vitória de todos os portugueses.

A nível nacional, participaram 43,61% dos cidadãos eleitores, mais cerca de 12% do que no anterior referendo realizado sobre a mesma matéria em 1998.

Nos Açores, votaram apenas 29,5% dos recenseados, mais cerca de 2% do que há 9 anos.

A nível nacional, 59,25% dos votantes pronunciaram-se a favor da despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez até às 10 semanas quando efectuado em estabelecimentos oficiais de saúde, sendo que 40,75% se manifestaram em sentido contrário.

Ao invés, nos Açores, 69,05% dos eleitores foram contrários à questão referendária, sendo àquela favoráveis 30,95% dos votantes.

Em primeiro lugar, não pode deixar de registar a reduzida participação dos açorianos no referendo.

Muitas leituras e argumentos podem ser procurados e encontrados para justificar tão deficitária votação.

Por tudo isto, ainda maior valor têm e reconhecimento merecem todos os cidadãos que participaram activa e convictamente em cada um dos movimentos que saudamos, quanto desejamos sirvam de incentivo a futuros e diferentes envolvimentos cívicos.

Por outro lado, não pode esquecer-se que o problema em causa não acabou Domingo com o resultado do Referendo, porque, de resto, o problema não acaba com a despenalização. Pelo contrário, a solução que se espera, as soluções que se desejam só podem alcançar-se com acções que ainda não se tendo iniciado, devem ser implementadas obrigatoriamente.

Só com um conjunto integrado de medidas de protecção à natalidade, à gravidez, à maternidade e à família se poderá promover uma sociedade moderna, positiva e responsável

Aqui chegados e perante o carácter vinculativo que se pretende dar à consulta popular, já anunciado pela maioria que governa o país, é necessário dar um significativo passo em frente que faça com que as vontades manifestadas no dia 11 de Fevereiro de 2007 tenham uma consequência positiva na vida dos portugueses.

Acresce que, sem prejuízo da dimensão e eficácia nacional do Referendo, não pode deixar de se considerar o resultado verificado nos Açores para efeito da acção política das entidades competentes na Região.

Efectivamente, estando-se perante um Referendo nacional, não poderá deixar de se entender que se aplica na Região a Lei relativa à despenalização objecto de consulta, do mesmo modo em que não se pode deixar de considerar que a matéria em causa envolve áreas políticas regionalizadas e da responsabilidade dos órgãos de governo próprio dos Açores, como são os casos do Serviço Regional de Saúde ou da própria acção social.

A Autonomia existe exactamente para conceder melhores condições de vida aos açorianos, de acordo com a realidade espacial, temporal e cultural das nove ilhas dos Açores.

Com efeito, se o consenso sobre as medidas a adoptar é tido como meio de acção ao nível do país, tal referência deve ser ainda mais perseguida numa Região em que o resultado foi claramente o oposto do verificado na média nacional.

Por tudo isto, nos próximos tempos deve ser um dado sinal muito claro na apresentação de respostas eficazes para os problemas das mulheres açorianas, para os problemas sócio-económicos da realidade regional em tudo o que diga respeito às matérias relacionadas com os efeitos da consulta de Domingo passado.

A grande responsabilidade dos órgãos políticos regionais, a partir de agora, assenta na apresentação de medidas que incentivem verdadeiramente a natalidade, que protejam eficazmente a gravidez, que apoiem a maternidade e que dêem condições para que a Família se assuma como a verdadeira base de uma sociedade saudável e, nessa medida, promotora do desenvolvimento social.

Está tanto por fazer!

São necessárias medidas que atenuem a desertificação e o envelhecimento que se vão sentindo de forma gritante na maioria das ilhas dos Açores.

São exigidas acções de planeamento familiar que tornem regra a gravidez desejada.

São esperadas respostas que reduzam as dependências sociais e económicas das mulheres e das famílias açorianas.

É essencial, designadamente, alargar a rede de creches entre outras medidas que permitam às mulheres serem mães sem prejuízo da sua actividade profissional.

É necessário incentivar a paternidade e o envolvimento dos pais na gravidez e na educação dos filhos.

São exigidas apostas que promovam a participação e a responsabilização dos cidadãos nas suas opções pessoais e na actividade social.

São essenciais propostas que promovam a Vida nas ilhas.

Se algo uniu as diversas frentes do debate referendário dos últimos dias, foi a conclusão de que o Aborto não é solução.

Para uns, o aborto só pode ser a última solução para uma mulher que, decidindo por si e livremente, não pode ser penalizada.

Para outros, o aborto nunca deve ser a resposta.

Por isso, o desafio que o PSD aqui deixa.

O compromisso que assume perante as açorianas e os açorianos é de que as entidades públicas dos Açores criem as condições necessárias para que nenhuma mulher sinta a necessidade de optar pelo aborto como a solução sócio-económica para um determinado momento da sua Vida.

Para isso, são necessárias políticas activas, políticas de Esperança, políticas de Vida.





O Partido Social Democrata quer contribuir efectiva e positivamente para que estes objectivos se realizem.

Pelas mulheres, pelos Açorianos. Pelo Futuro dos Açores.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 13 de Fevereiro de 2007